

Brasil avança contra a pobreza, mas grandes capitais ainda sentem o peso da desarticulação das políticas sociais

- 2015 a 2024 -

Mauro Del Grossi

Dezembro de 2025

O Brasil encerrou 2024 com uma notícia histórica: o menor nível de pobreza e desigualdade em 30 anos, ao mesmo tempo em que a renda média da população alcançou o maior patamar desde meados da década de 1990. Os dados do IBGE e as análises do IPEA e indicam uma recuperação social robusta após anos de instabilidade econômica¹. Mas, por trás da melhora nacional, há uma realidade menos homogênea — especialmente nas grandes capitais brasileiras.

Uma década marcada por altos e baixos

Entre 2015 e 2024, o país reduziu em mais de 4 milhões o número de pessoas vivendo em extrema pobreza, considerando o critério internacional de renda inferior a US\$ 2,15 por dia (PPC 2017). No entanto, esse resultado esconde movimentos bastante distintos ao longo destes 10 anos.

Entre 2015 e 2018, período marcado pelo último ano de crise do governo Dilma e inteiramente sob o governo Temer, a pobreza cresceu fortemente, com quase 3,8 milhões de brasileiros empurrados para essa condição. O impacto foi especialmente severo no Nordeste, que concentrou mais da metade desse aumento.

Já entre 2019 e 2022 no governo Bolsonaro, houve uma redução de cerca de 2,8 milhões de pessoas em situação de pobreza, impulsionada por programas de transferência de renda emergenciais da pandemia do Covid-19. Ainda assim, várias capitais — como Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Rio Branco — registraram aumento da miséria nesse período.

A virada mais expressiva ocorreu entre 2023 e 2024 no Governo Lula 3. Em apenas dois anos, o Brasil retirou quase 5 milhões de pessoas da pobreza extrema, resultado associado principalmente à retomada e ampliação do Bolsa Família e das políticas sociais.

Capitais: recuperação desigual

Embora o país tenha avançado, nem todas as capitais acompanharam o mesmo ritmo de melhora. Cidades como Rio de Janeiro, João Pessoa, Porto Velho, Rio Branco e Cuiabá apresentaram quedas significativas no número de pessoas em extrema pobreza nos últimos dois anos, revertendo parte das perdas acumuladas anteriormente.

¹ Fonte: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/16170-brasil-registrou-em-2024-recorde-de-renda-e-menor-nivel-de-pobreza-e-desigualdade>.

Por outro lado, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife ainda não conseguiram recuperar totalmente o retrocesso observado entre 2015 e 2022. Em alguns casos, como São Paulo e Salvador, o número de pessoas extremamente pobres em 2024 permanecia acima do registrado no início do período.

O papel dos governos locais

Os números chamam atenção para um fator muitas vezes ignorado no debate público: o papel decisivo das prefeituras. Ao longo do período analisado, o país passou por três ciclos completos de governos municipais, com orientações políticas e prioridades distintas.

A atuação local influencia diretamente na capacidade de identificar famílias vulneráveis, cadastrá-las no Cadastro Único, e garantir acesso aos programas federais de transferência de renda. Em outras palavras, mesmo com políticas nacionais eficazes, a pobreza pode persistir onde a gestão municipal falha.

O que os números revelam

Os dados mostram que a redução da pobreza não é automática nem garantida. Ela depende de: crescimento econômico com inclusão, políticas de transferência de renda bem estruturadas, e gestão pública eficiente nos níveis federal, estadual e municipal.

A experiência da última década deixa uma lição clara: quando políticas sociais são desmontadas ou enfraquecidas, a pobreza avança rapidamente; quando são retomadas com força, os resultados aparecem — mas de forma desigual entre regiões e cidades.

Um alerta para o futuro

O Brasil entra na segunda metade da década de 2020 com indicadores sociais melhores, mas o mapa da pobreza mostra que as grandes cidades ainda são um desafio central. Para a classe média urbana, o recado é direto: a redução da pobreza não é apenas uma questão humanitária, mas também de qualidade de vida, segurança, mobilidade e coesão social nas cidades.

Manter e aperfeiçoar políticas públicas eficazes nos próximos anos será decisivo para evitar que os avanços recentes se percam novamente.

Tabela: evolução da pobreza no Brasil, Estados e Capitais, segundo os mandatos dos Presidentes da República.

(pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 2,15 PPC 2017)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais	Variação (1 000 pessoas)			
	Total 2015 a 2024	Temer 2015 a 2018	Bolsonaro 2019 a 2022	Lula 2023 a 2024
Brasil	-4.030 *	3.794 *	-2.850 *	-4.975 *
Norte	-956 *	378 *	-723 *	-611 *
Rondônia	-49 *	12	-16	-45 *
Porto Velho	-12 *	6	4	-22 *
Acre	-31 *	43 *	-19	-55 *
Rio Branco	6	-1	24 *	-18 *
Amazonas	-224 *	165 *	-177 *	-212 *
Manaus	2	67 *	-61 *	-4
Roraima	20	27 *	-3	-4
Boa Vista	18	15 *	-1	4
Pará	-583 *	108	-443 *	-248 *
Belém	-15	39 *	-31	-22
Amapá	-53 *	-2	-20	-30 *
Macapá	-20 *	5	-13	-12
Tocantins	-36 *	25	-45 *	-16
Palmas	-8 *	-0	-6 *	-2
Nordeste	-2.835 *	2.083 *	-1.895 *	-3.022 *
Maranhão	-480 *	318 *	-461 *	-338 *
São Luís	-16	42 *	-39 *	-19
Piauí	-232 *	170 *	-145 *	-258 *
Teresina	-15 *	27	-37 *	-5
Ceará	-344 *	161	-225 *	-280 *
Fortaleza	47 *	-36	29	54
Rio Grande do Norte	-98 *	117 *	-69	-146 *
Natal	7	27 *	-28 *	8
Paraíba	-163 *	156 *	-59	-260 *
João Pessoa	-1	18	35	-54 *
Pernambuco	-434 *	192 *	-109	-517 *
Recife	-37 *	55	-47	-45
Alagoas	-232 *	160 *	-197 *	-195 *
Maceió	-5	35 *	-24	-16
Sergipe	-94 *	148 *	-141 *	-100 *
Aracaju	16 *	39 *	-30 *	6
Bahia	-758 *	661 *	-489 *	-929 *
Salvador	120 *	91 *	105 *	-76

* indica diferença significância de 5%

continua

Tabela: evolução da pobreza no Brasil, Estados e Capitais, segundo os mandatos dos Presidentes da República.

(pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 2,15 PPC 2017)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais	Variação (1 000 pessoas)			
	Total 2015 a 2024	Temer 2015 a 2018	Bolsonaro 2019 a 2022	Lula 2023 a 2024
Sudeste	-132 *	930 *	-208	-854 *
Minas Gerais	-176 *	191 *	-161 *	-206 *
Belo Horizonte	8	28	-1	-19
Espírito Santo	-108 *	-1	-12	-95 *
Vitória	-1	2	3	-7
Rio de Janeiro	24	220 *	56	-252 *
Rio de Janeiro	5	20	86 *	-101 *
São Paulo	128 *	519 *	-92	-300 *
São Paulo	137 *	152 *	76	-92
Sul	-33 *	236 *	26	-295 *
Paraná	-27	112 *	-9	-131 *
Curitiba	-4	24 *	-11	-17
Santa Catarina	24	41 *	22	-39 *
Florianópolis	-3	2	4	-9
Rio Grande do Sul	-30	82 *	13	-125 *
Porto Alegre	5	0	21 *	-16
Centro-Oeste	-75 *	168 *	-50	-193 *
Mato Grosso do Sul	-15	30	-15	-29 *
Campo Grande	-2	7	-0	-8
Mato Grosso	-24 *	9	54 *	-87 *
Cuiabá	-6	7	9	-22 *
Goiás	-20 *	99 *	-43	-76 *
Goiânia	-15 *	1	-3	-13
Distrito Federal	-16	30	-45 *	-1
Brasília	-16	30	-45 *	-1

* indica diferença significância de 5%

Conclusão.

Fonte: organizado pelo autor, com base nas informações do IBGE / Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) - 2025.

ANEXO

Evolução do número de pessoas com rendimento domiciliar menor que US\$ 2,15 PPC 2017.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais	1.000 Pessoas									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	11.384	13.697	14.937	15.178	15.276	12.613	18.886	12.329	9.282	7.354
Norte	1.792	2.045	2.030	2.170	2.322	1.640	2.522	1.447	1.090	836
Rondônia	78	100	90	90	88	90	140	74	74	29
Porto Velho	22	27	36	28	37	31	48	32	33	10
Acre	96	132	141	139	152	90	151	121	114	65
Rio Branco	21	30	30	20	35	21	48	45	37	27
Amazonas	436	549	577	600	661	526	651	423	270	211
Manaus	87	132	181	155	206	143	216	94	89	89
Roraima	21	29	39	48	67	58	63	45	43	41
Boa Vista	11	16	20	26	40	35	30	26	34	29
Pará	982	1.042	1.022	1.090	1.159	704	1.309	647	494	400
Belém	39	69	91	78	75	63	145	47	38	25
Amapá	84	82	75	81	60	82	92	61	28	31
Macapá	33	30	40	38	18	39	36	25	6	13
Tocantins	96	111	86	121	134	91	116	76	65	60
Palmas	10	13	5	10	16	16	16	4	5	3
Nordeste	6.535	7.623	8.489	8.618	8.650	6.171	10.012	6.722	5.166	3.700
Maranhão	1.181	1.320	1.398	1.499	1.547	1.041	1.564	1.039	853	701
São Luís	51	69	83	94	83	86	96	54	63	36
Piauí	367	455	556	537	527	331	537	392	270	134
Teresina	24	33	31	51	48	48	43	14	29	9
Ceará	1.073	1.257	1.249	1.234	1.230	903	1.479	1.009	863	730
Fortaleza	133	126	106	97	106	125	121	126	161	180
Rio Grande do Norte	278	329	404	395	413	217	517	326	220	180
Natal	23	33	75	50	46	34	51	22	34	30
Paraíba	359	429	454	515	574	395	677	455	301	196
João Pessoa	33	26	20	50	54	43	72	85	26	31
Pernambuco	1.026	1.189	1.254	1.218	1.347	1.174	1.842	1.110	877	592
Recife	91	80	102	147	118	88	165	99	112	55
Alagoas	451	479	534	611	522	388	519	413	280	219
Maceió	56	47	61	90	65	50	93	66	34	51
Sergipe	197	273	334	344	317	192	339	203	185	103
Aracaju	14	31	46	53	32	23	59	23	37	30
Bahia	1.604	1.892	2.307	2.265	2.171	1.529	2.538	1.775	1.317	846
Salvador	59	123	196	150	157	221	294	255	163	179

Continua

ANEXO

Evolução do número de pessoas com rendimento domiciliar menor que US\$ 2,15 PPC 2017.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais	1.000 Pessoas									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sudeste	2.206	2.961	3.139	3.136	3.082	3.414	4.745	2.928	2.201	2.074
Minas Gerais	643	993	844	834	915	718	1.119	673	461	467
Belo Horizonte	41	69	72	69	56	52	82	68	47	49
Espírito Santo	179	194	221	178	155	178	291	166	109	71
Vitória	8	11	6	10	10	11	13	13	6	6
Rio de Janeiro	503	609	707	723	773	995	1.305	779	620	527
Rio de Janeiro	142	177	192	162	166	372	313	248	203	147
São Paulo	882	1.165	1.366	1.401	1.238	1.523	2.030	1.309	1.012	1.009
São Paulo	197	240	356	350	289	457	538	425	256	334
Sul	497	624	754	733	733	886	970	760	519	465
Paraná	241	253	341	353	328	454	461	344	264	214
Curitiba	22	24	42	46	30	67	42	35	29	18
Santa Catarina	74	130	114	116	129	150	183	138	112	98
Florianópolis	7	10	10	9	6	5	6	13	5	4
Rio Grande do Sul	182	241	299	265	276	283	326	278	143	152
Porto Alegre	21	31	35	21	32	39	50	42	30	26
Centro-Oeste	353	445	525	521	488	502	638	471	306	278
Mato Grosso do Sul	60	50	89	90	76	72	109	75	56	46
Campo Grande	16	14	32	23	15	21	34	23	19	14
Mato Grosso	86	90	107	95	100	107	128	149	96	62
Cuiabá	16	14	18	23	12	21	21	32	10	10
Goiás	139	250	224	239	260	238	272	195	96	120
Goiânia	29	38	14	30	24	38	48	26	10	13
Distrito Federal	67	54	106	97	52	84	128	52	58	51
Brasília	67	54	106	97	52	84	128	52	58	51

Fonte: IBGE / Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) - 2025.

Conclusão.